**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E EMPREGABILIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS CATEGORIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ ENTRE 2014 E 2024**

**POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA Y EMPLEABILIDAD: UN ESTUDIO COMPARATIVO DE LAS CATEGORÍAS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RÍO DE JANEIRO, UFRJ ENTRE 2014 Y 2024**

Mariza Cezira Campagner[[1]](#footnote-1)

Marilú Angela Campagner[[2]](#footnote-2)

**Resumo**

A inquietação com as políticas de ações afirmativas e empregabilidade surge em razão das novas demandas colocadas às pessoas no ambiente de trabalho pelas organizações. É importante ressaltar que esse tema é amplo e polêmico. Os dados que serão recolhidos passarão por uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa, utilizando técnicas de análise bibliométrica e de conteúdo. Os resultados da pesquisa revelam que, enquanto os grupos acadêmicos vinculam a empregabilidade à capacidade de adaptação da força de trabalho às novas exigências do mercado e das organizações, há uma crítica social que vê a empregabilidade como um discurso que desloca a responsabilidade pelo emprego da sociedade e do Estado para o trabalhador, sendo esta última perspectiva a que mais se destaca. Assim, é fundamental alertar a sociedade de que o discurso neoliberal sobre empregabilidade não garante a efetivação de empregos e que a busca incessante por capital humano nem sempre assegura uma posição no mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** Formação educacional. Empregabilidade. Estudantes.

**Resumen**

La preocupación por las políticas de acción afirmativa y empleabilidad surge debido a las nuevas demandas que las organizaciones imponen a las personas en el ámbito laboral. Es importante recalcar que este tema es amplio y controvertido. Los datos que se recogerán se someterán a un análisis cuantitativo y cualitativo, utilizando técnicas bibliométricas y de análisis de contenido. Los resultados de la investigación revelan que, si bien los grupos académicos vinculan la empleabilidad con la capacidad de la fuerza laboral para adaptarse a las nuevas demandas del mercado y de las organizaciones, existe una crítica social que ve en la empleabilidad un discurso que traslada la responsabilidad del empleo de la sociedad y el Estado al trabajador, siendo esta última la perspectiva que más destaca. Así, es fundamental alertar a la sociedad de que el discurso neoliberal sobre la empleabilidad no garantiza la efectividad de los puestos de trabajo y que la incesante búsqueda de capital humano no siempre asegura un puesto en el mercado laboral.

**Palabras claves:** Educación. Empleabilidad. Estudiantes.

**1 INTRODUÇÃO**

Ao identificarmos que a nível nacional o sistema universitário possui políticas de educação relacionadas à dimensão internacional, do Ensino Superior; entre os quais cultura, ciência, imigração, comércio, emprego e renda. Ainda, a presença de professores e pesquisadores, com o compromisso de realizar ações inovadoras, promovem a tríade ensino, pesquisa e extensão e o contínuo aperfeiçoamento da formação acadêmica. **(**KNIGHT**,** 2004, p. 17)

A educação como fomento do desenvolvimento econômico e humano é uma ideia considerável das culturas, na contemporaneidade. Todavia, compreender como ela influencia a transformação é um desafio sobretudo quando se trata da educação, saúde e renda[[3]](#footnote-3) direcionada a quem não tem oportunidades. Nesse contexto, destaca-se que a universidade é a fonte das desiguais benesses econômicas, sociais, culturais e comportamentais, respeitados pela sociedade.

Mesmo com altos índices de retorno, a educação no Brasil ainda não atende aos padrões internacionais. O subdesenvolvimento em capital humano é evidente e ao mesmo tempo vulnerável especialmente no âmbito familiar. Dado que pessoas não escolarizadas terão probabilidade de serem pobres no futuro, essa natureza diferenciada do investimento em educação leva à transmissão intergeracional da pobreza.

A escolarização e a empregabilidade são elementos essenciais para o crescimento dos indivíduos. No entanto, muitas pessoas ficam à margem desses processos devido a situações de vulnerabilidade que resultam de mecanismos de exclusão gerados pelo sistema capitalista.

A fragilidade de uma política educacional de qualidade, no país contribui para dificultar o rompimento com os resquícios do subdesenvolvimento. O processo de acumulação de capital gerou a exclusão social e resultou em desequilíbrios regionais. Os dispêndios com a educação levariam ao incremento do estoque de capital humano, mas são vistos pelos governantes brasileiros não como um investimento de longo prazo, e sim como uma despesa de curto prazo.

Assegurar essa expansão e promover a melhoria da qualidade do ensino representa um desafio para os governos federais, estaduais e municipais. É que o aumento do número de matrículas neste nível de ensino vem sendo direcionado para o setor público, principalmente para as escolas mantidas pelos federal, estadual e municipal, enquanto o setor público de direito privado dá sinais de estagnação.

O status socioeconômico das famílias é responsável pela garantia de condições prévias favoráveis ou desfavoráveis à preparação para o ingresso no ensino superior. As condições socioeconômicas envolvem uma diversidade de fatores como: a disponibilidade e qualidade de serviços educacionais, a atratividade do mercado de trabalho local, a disponibilidade de recursos familiares (financeiros e não financeiros), o volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive e, transferência direta de recursos para a Universidade.

As variáveis socioeconômicas exercem influências sobre o crescimento e desempenho educacional. Exemplificando, são citadas as rendas per capita, idade dos pais, tamanho da família, condições de habitação e saneamento, escolaridade, ocupação e cultura dos pais. O resultado da influência das variáveis socioeconômicas sobre a educação pode ser determinado tanto pela ação individual, quanto por associações entre elas. Ainda, a maneira como interagem e se potencializam configuram a magnitude de suas consequências.

Ao ponderar sobre as diversas maneiras de existir dentro da estrutura social, é essencial levar em conta os vínculos criados pelas narrativas com esses determinantes. Então, é de capital importância a compreender os indivíduos desvinculados de estereótipos e padrões sociais atribuídos a eles leva à "precarização", à falta de continuidade e à diferenciação das histórias de vida. (CASAL, 2006; GALLAND, 1993; PAIS, 2001).

Nesse sentido, à busca de esclarecimentos que possam nortear as ações administrativas de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos de instituições de ensino superior nos moldes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, coloca-se como indagação chave: Como contribui (ou não) um estudo de comparar o perfil socioeconômico da entrada dos alunos afirmativos[[4]](#footnote-4), da UFRJ[[5]](#footnote-5), entre os anos de 2014 e 2024, procurando saber onde desenvolveram a sua empregabilidade?

Assim, é nesse limiar que se estabelece o objetivo de comparar o perfil socioeconômico da entrada dos alunos afirmativos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ e procurar saber onde estão desenvolvendo sua empregabilidade como resultado de mobilidade social.

**3 JUSTIFICATIVA**

No contexto de globalização das relações econômicas, políticas e culturais e de acelerada mudança dos meios e modos de informação e comunicação do processo produtivo, a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável e equitativo de uma sociedade.

O conhecimento das características do estudante constitui um dos pontos fundamentais para análise e reformulação do sistema de ensino. Nesse sentido, os alunos que chegam à universidade provêm dos estratos da população e apresentam, em decorrência desse fato, as diversificadas formações. Acredita-se que a partir das informações obtidas, dos relatórios socioeconômicos podem-se criar mecanismos capazes de adequar os propósitos dos cursos com as características dos acadêmicos em questão.

Uma organização precisa de pessoas talentosas e criativas para enfrentar os desafios do mercado atual. Os contribuidores podem ser aqueles que influenciam os resultados de uma organização; formar uma vantagem competitiva que represente o máximo que a Universidade pode oferecer ao mercado; são também eles que fazem as mudanças e as adaptam, diferenciando-as das demais; outras ofertas.

A importância de tal resultado é se constituir em evidência empírica, posicionamentos teóricos, que atribui, em especial a socioeconomia. Espera-se que contribua para subsidiar os gestores públicos na elaboração de programas e projetos, bem como incentivar pesquisas na área, de modo a que se possa cumprir uma função social de aprimoramento do objeto avaliado.

Entende-se, assim, que o desempenho do discente seja influenciado por suas realidades socioeconômica em que está inserida e que dá características especiais e próprias à sua formação pessoal e profissional.

Com base nas reflexões anteriores, é fundamental ressaltar que a originalidade do tema vai além da discussão sobre trabalho, emprego e ocupação. Ela se manifesta na elaboração de estratégias que visem apoiar a criação e execução de políticas públicas focadas na qualificação profissional, com o intuito de aumentar a empregabilidade e proporcionar renda aos beneficiários dessas iniciativas.

Ademais, este artigo se distingue por adotar uma abordagem inovadora ao confrontar várias obras para fundamentar teoricamente o assunto abordado, estabelecendo conexões entre os conceitos de conhecimentos e habilidades profissional, trabalho, emprego e ocupação. A singularidade do tema também se revela na confluência entre a oferta (resultados obtidos na pesquisa de campo) e as demandas relacionadas com o processo de adquirir capacitação e formação que permite se destacar em sua área de ocupação.

A justificativa para um estudo sobre o perfil socioeconômico e mobilidade social do discente. da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, que também é inédita, se assenta na possibilidade que tal escrito traz em si de contribuir para a geração de indicativos que apontem para a solução referente a empregabilidade dos egressos, na Instituição de Ensino Superior, IES, entre os anos de 2014 e 2024.

**4 METODOLOGIA**

**4.1 Método de Procedimento**

O conhecimento científico é a pesquisa da junção entre a teoria e a realidade empírica. A articulação acontece por meio do fio condutor que é o método.

Nesta tese para a realização do estudo proposto, será utilizada avaliação qualitativa da política pública, realizada junto aos alunos afirmativos que entraram através de programas estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Para poder fazer parte da amostra, os estudantes devem ser do ano de 2014 a 2024, ter permanecido na instituição por pelo menos mais de um semestre. Nesse caso, será enviado um formulário online, **Google Forms,** composto por questões estruturadas aos acadêmicos que participaram do programa de cursos da Universidade.

O enfoque adotado quanto aos objetivos da pesquisa, caracteriza-se por ser do tipo exploratório e descritivo. Estudo exploratório é aquele que busca aprofundar o entendimento sobre um problema, com a finalidade de torná-lo mais claro ou de formular hipóteses. Além disso, procura esclarecer ou transformar conceitos e ideias para futuras investigações, dado que o tema escolhido não é usualmente pesquisado e discutido no meio acadêmico. Esse tipo de estudo também é descritivo, pois toda pesquisa qualitativa, por sua natureza, se baseia na descrição e visa delinear as características de uma população ou fenômeno específico, assim como estabelecer relações entre variáveis por meio da coleta de dados, questionários e observação sistemática.

Também terá utilização de técnicas quantitativas que visa tratar conjuntos numerosos, de forma que permita a redução das informações a formas manejáveis e interpretáveis. Tais técnicas possibilitam objetividade e precisão da análise, podendo evitar descrições superficiais verbais. Além disso, aplicando-se uma abordagem quantitativa, obtêm-se resultados idênticos se utilizados iguais procedimentos, para os mesmos problemas e, consequentemente, uma única interpretação. (Lakatos&Marconi, 2003)

A técnica de amostragem probabilística visa à seleção aleatória dos elementos a serem pesquisados, de tal forma que cada um destes tenha uma probabilidade conhecida de fazer parte da amostra. É rigorosamente científica, por basear-se em leis estatísticas[[6]](#footnote-6): a lei dos grandes números, a lei da regularidade estatística, a lei da inércia dos grandes números e a lei da permanência dos grandes números.

Para a presente pesquisa será utilizada amostragem estratificada proporcional, a qual se caracteriza pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, proporcionalmente à sua extensão. Os subgrupos selecionados serão os estudantes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, disponibilizados através da Plataforma Alumni.[[7]](#footnote-7)

Para a realização desta pesquisa que envolve preliminarmente, etapa distinta será utilizada uma pesquisa de campo (dados primários) utilizando como instrumento de pesquisa um questionário fechado (perguntas objetivas), tendo limite de tempo disponível para as respostas. Também serviram de informações dados secundários encontrados em bibliografia teórica conceitual, (livros, revistas especializadas, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado) em economia e áreas afins, e; mineração dos dados no Sistema Gerenciador de Banco de Dados, SGBD.

Os dados coletados através de formulário serão tabulados por cálculo de porcentagem e a apresentação destes ocorrerá pelo meio de demonstrações em tabelas, quadros e gráficos estatísticos. Um estudo piloto será realizado para testar a exequibilidade do estudo bem como dos instrumentos de investigação.

Para encaminhar estas questões, o trabalho final será estruturado de tal forma que a sequência e o aprofundamento do tema possam ser observados na medida em que se procura auferir destaque aos resultados do estudo em função dos seus objetivos gerais e específicos. E, com o reforço oportuno da metodologia cientifica e do **software** estatístico computacional que contribui para o estudo.

**5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Atualmente, estamos experimentando um período em que as mudanças no mercado de trabalho e as dúvidas quanto às reais chances de conseguir um emprego afetam aqueles que estão no Ensino Superior. Nesse cenário, muitos estudantes acreditam que a Instituição de Ensino Superior (IES) tem a responsabilidade de garantir sua empregabilidade. Isso contrasta com a visão dos professores, que defendem que a IES deve estar a serviço da sociedade e não apenas do mercado de trabalho (Fragoso et al., 2019; Villarroel & Bruna, 2014). Os docentes, apesar de suas visões divergentes, reconhecem a importância de apoiar os estudantes em suas trajetórias profissionais. Os dados de empregabilidade são frequentemente considerados como indicadores da qualidade do ensino e do desenvolvimento profissional (Finn, 2017; Fragoso et al., 2019).

O fato que a universidade pública brasileira, tradicionalmente caracterizada como um ambiente das elites tem apresentado recentemente crescentes oportunidades aos estudantes historicamente excluídos no tocante ao acesso e permanência na educação superior (NIEROTKA; TREVISOL, 2016), com destaque nacional pela quantidade de estudantes oriundos de escola pública.

Nos escritos de Smith (1996a, p. 246) afirma: “com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação”. Nesse sentido, o desenvolvimento da ciência constitui razão igualmente válida para a garantia da educação, pois se não houvesse instituições públicas para a educação, não se ensinaria nenhum sistema e nenhuma ciência que não fosse objeto de alguma procura ou que as situações não tornassem essencial ou, pelo menos, de acordo com a moda (SMITH, 1996b, p. 243).

A defesa principal é o princípio da igualdade. Nesse sentido, Back (2017, p. 47) escreve que as políticas de acesso e permanências devem estar intimamente articuladas com o reconhecimento das diferenças e em prol da equidade para que, as oportunidades se efetivem. Apresenta uma reflexão, buscando indicar à sociedade que a fala moderna da empregabilidade não carrega consigo a garantia de empregos e que a busca incessante pelo conhecimento (capital humano) nem sempre é garantia de colocação no mercado de trabalho; no entanto, os alunos podem considerar maneiras de aprimorar sua percepção sobre o desenvolvimento profissional e a empregabilidade.

Para Carvalho e Waltenberg (2015) o processo de democratização do sistema educacional brasileiro, particularmente das Universidades Públicas, passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias vulneráveis. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência dos alunos na Universidade, até a conclusão do curso escolhido, através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes, provocadas pelas condições da estrutura social e econômica[[8]](#footnote-8).

Conforme Santos (2011, p. 56, 111 e 113) as Universidades não estão aparelhadas para enfrentar os desníveis sociais de seus alunos e precisam criar estímulos à formação cultural, visando obter, na conclusão do curso, a minimização de diferenças presentes no início dele. No entanto, é importante abrir horizontes tecnológicos de criação conectiva e participativa na educação, uma vez que a inteligência cada vez mais complexa nas máquinas pode colaborar entre si e melhorar a inteligência humana, e vice-versa.

A educação, por ser um direito humano e social, duramente conquistado pelos movimentos populares, deve ser considerada um bem público. Ao abordar o ensino superior no Brasil, somos colocados de frente com o problema da manutenção propriamente dita desse nível de ensino, isto é, diante do público e do privado. Durham (1989, p. 3-4), salienta que nas primeiras décadas do século XX a educação privada tendia a se limitar a grupos socialmente privilegiados, enquanto a educação pública buscava ser universal e gratuita, nos tempos atuais o ensino superior busca se adequar as condições da população no seu espaço vivido.

Constata-se que no ensino superior brasileiro público uma característica comum: de um modo geral as Instituição de Ensino Superior pública brasileira dependem quase que restritamente dos recursos do Tesouro Nacional. Por outro lado, enquanto o ensino superior privado depende basicamente da arrecadação das mensalidades escolares (CORREIA, 2013). Umas geram e aplicam fundos públicos e outras captam e utilizam fundos privados. A exclusividade de fontes de financiamentos, porém, pode condicionar e limitar a ação das instituições de ensino superior reduzindo assim a sua eficácia e a eficiência administrativas.

Vasconcelos, Diniz e Andrade (2012) analisaram como a dinâmica de expansão do ensino e a crescente seletividade do mercado de trabalho, que exige mão de obra qualificada tendem a exercer uma pressão, sobre o ensino superior, exigindo ampliação de vagas, diversificação dos cursos, a flexibilização dos currículos, a melhoria da qualidade do ensino e a parceria com o setor produtivo. Estes são os desafios que o ensino superior enfrenta para acompanhar as mudanças socioeconômicas e tecnológicas.

Por sua vez Nonaka (2001, p. 31), apresenta que a criação de um ambiente favorável à inovação corresponde a uma necessidade para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Nesse contexto, as universidades e institutos federais e/ou estaduais são consideradas imprescindíveis para a criação e desenvolvimento desse ambiente.

Diaz (2007) analisou o acesso de estudantes socioeconomicamente vulneráveis nas universidades públicas brasileiras numa realidade emergente que contrapõe seu histórico de elitização. Ao ingressar nas Instituições de Ensino Superior, IES, estudantes anteriormente excluídos no tocante ao acesso e permanência na educação superior carregam consigo as suas especificidades e agravantes de vulnerabilidade socioeconômica. Contudo, para viabilizar a permanência destes estudantes na universidade, faz-se necessário elaborar políticas públicas específicas para este fim. Este é um desafio para as instituições que aderiram ao Sistema de Seleção Unificado, SiSU[[9]](#footnote-9).

Lima (1980, p. 219) relata que, diferentes pessoas incorporam quantidades de capital humano. Este, é fruto de investimento, em educação, e resultado de decisões racionais que envolvem a comparação de taxas de retorno e de juros de mercado, como qualquer investimento. Na medida em que o investimento em capital humano é realizado, sobretudo em educação, as diferenças de qualidade de mão de obra são vistas como habilidade e competências. Desta maneira, estabelece-se uma relação envolvendo a empregabilidade.

Segundo Felício (2007), na medida em que o nível educacional de um indivíduo cresce, aumenta sua renda, mas estudos dizem que a relação positiva entre renda e educação independe ou depende da habilidade e competências dos estudantes, que é o que as escolas produzem.

Alvesson (2004) acredita que o papel da educação é dar acesso a segmentos sociais, profissionais e educacionais. As escolas fornecem credenciais (diplomas) e sinais que determinam a que mercado de trabalho a pessoa vai ter acesso. Por outro lado, quem tem acesso a níveis de educação, têm status socioeconômico beneficiando-se de taxas de retorno. Com isso aumento no nível educacional da população são perfeitamente compatíveis com a desigualdade. Trazendo consequências negativas para a formação da cidadania de uma sociedade.

Vargas (2010, p.114 e 124) assegura que a implementação da democratização do acesso ao Ensino Superior, no Brasil, terá que ultrapassar barreiras de ordens institucionais, sociais e simbólicas. Constata-se haver profissões imperiais (Medicina, Direito e Engenharia) que são prestigiadas por instituições, estudantes e mercado de trabalho em detrimento de outras e, portanto, a escolha da carreira pelo estudante se traduz na estratificação e na seletividade social associada às ocupações, desenhando-se uma hierarquia entre os cursos. Historicamente essas profissões “produziram práticas monopolísticas que reforçaram suas posições de prestígio e estabeleceram barreiras frente às demais profissões” (VARGAS, 2010, p. 107).

Lopes e Vendramini (2010) confirmam as origens dos estudantes e, nessa conjuntura, a intervenção estatal, por meio da legalidade, tem um papel respeitável na correção das distorções na oferta desse bem, transformando os níveis de progressividade na alocação dos recursos públicos e aprimorando a distribuição da renda.

Conforme argumenta Kassouf (1996, p. 783), um aumento salarial para trabalhadores qualificados pode agir como incentivo ao investimento em educação, isto é, na melhoria da qualidade da mão de obra. A demanda por trabalhadores qualificados é crescente em um país se modernizando e globalizando.

Assim, Henriques et al. (2002, p. 16) propõem uma estratégia de aceleração sem precedentes no ritmo de expansão do sistema educacional brasileiro. Ensino de qualidade para todos, por evidentes razões de cidadania e justiça social, mas, além disso, como preconização necessária para o desenvolvimento socioeconômico equitativo e sustentável do país.

Para Nonaka (2001) a produção de conhecimentos, tanto na acumulação de capital quanto na de aprendizagem na produção de bens, é fundamental para que se alcance uma dinâmica sustentável de crescimento em longo prazo. Os resultados mostram que o capital humano, ou nível de escolaridade desenvolve papel nas diferenças de renda percapta, pois cada jovem fora da universidade ameaça o futuro.

Os resultados alcançados na pesquisa (COSTA, 2011) nos permitem pensar, que a universidade pública ainda tem recebido um público heterogêneo em termos de origem socioeconômica e desenvolvimento cultural, condições de vida e trajetórias de escolarização, embora as políticas de acesso ao ensino superior tenham possibilitado ingresso de jovens oriundos de escolas públicas. Porém, a educação, como também outras formas de ação sociocultural, está diretamente relacionada com as condições da economia percebe-se a necessidade de políticas intensivas e abrangentes para que seja atingido o objetivo de equalizar as oportunidades educacionais no ensino superior, nos quais o acesso continua limitado e restrito à parcela elitizada da população.

A universalização do acesso ao ensino, pesquisa e extensão e a qualidade daquilo que a universidade ensina é possibilidade de um futuro exercício da cidadania, no âmbito do Ensino Superior Público. Assim como os elementos de disseminação das informações, conhecimento e possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

A concepção de Empregabilidade é um novo padrão que promove a interação entre o acadêmico, a instituição de ensino superior, a empresa e a sociedade no contexto da realidade competitiva e diferenciada no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de competências no processo de orientação e acompanhamento de carreira.

Para tanto, esta proposta baseia-se na necessidade de adequar o indivíduo ao trabalho, interagindo conceitos adquiridos no ensino formal com as práticas aplicadas no dia a dia das atividades empresariais, tanto para a colocação no primeiro emprego, quanto para a recolocação em novas oportunidades.

Considerando o exposto, destaca-se a sensação de ter apenas iniciado seus estudos sobre o assunto, e que cada uma das estratégias propostas pode desencadear novas pesquisas e aprendizados. Tal sentimento propicia assim o ensinamento de que são muitos os conhecimentos a alcançar, dando a certeza de ter tocado apenas em uma pequena parcela do saber que envolve a empregabilidade e a geração de renda no âmbito da política pública de qualificação e capacitação profissional.

**5. CONCLUSÃO**

Diversos pontos observados nesta pesquisa exigem uma análise cuidadosa, especialmente a deficiência de preparo técnico e a falta de experiência entre os aspirantes a profissionais. É compreensível que as Instituições de Ensino Superior (IES) deveriam oferecer uma formação mais robusta a seus alunos, principalmente no que tange ao conhecimento prático, visto que prática e teoria são interdependentes.

Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo que um profissional conclua seus estudos de maneira exemplar, as empresas sempre enfrentarão algum tipo de limitação. Isso se deve à dificuldade de encontrar um candidato que possua todas as competências requeridas pelo mercado atual.

No contexto profissional, é fundamental buscar constante aprimoramento, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, enquanto se mantém alinhado às demandas crescentes do mercado de trabalho atual, em um processo contínuo de autodesenvolvimento.

Resumidamente, as informações indicam que o investimento em educação superior não necessariamente garante uma melhor inserção no mercado de trabalho, uma vez que existem determinantes estruturais significativos que restringem essa relação. A indústria no Brasil, sendo pouco inovadora, acaba por incorporar uma maior quantidade de mão de obra menos qualificada, que contribui, mas não inova. Embora haja um acúmulo de capacidade, ainda persiste o desafio de alinhar as políticas educacionais, de ciência e tecnologia, com as iniciativas industriais, visando otimizar a geração de valor.

**7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALUMNI, Disponível em: [Plataforma Alumni UFRJ](https://alumni.ufrj.br/). Acessado em 16/03/2024.

ALVESSON, M. **Knowledge Work and Knowledge-Intensive Firms.** New York: Oxford University Press, 2004.

ANDRIOLA, W. B. Evaluación: La vía para la calidad educativa. **Ensaio**. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.7, n.25, p. 355-368, 1999.

BACK, L.B. **Política de assistência estudantil:** interfaces com o reconhecimento das diferenças e promoção da equidade. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

**CARVALHO, M. M de, WALTENBERG, F. D. Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013. Economia Aplicada,19 (2) SCIELO Brasil Apr-Jun 2015. Disponível em** <https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>**. Acessado em 02/03/2024.**

CASAL, J.; GARCIA, M.; MERINO, R.; QUESADA, M.. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva de la transición. Barcelona, **Papers**, n. 79, p. 21-48, 2006. Disponível em:<http://ddd.uab.es/pub/papers/02102862n79p21.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

CASTRO, M. H. G. de. **Avaliação do Sistema Educacional brasileiro tendências e perspectivas**. Brasília: INEP, 1998. p. 30.

COSTA, M. B. da. **Começar de novo**: um estudo sobre percursos biográficos de jovens na EJA. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CORREIA S. H. M. **Controle Interno do Património do Estado:** o Caso da Administração Central de Cabo Verde Dissertação de Mestrado em Gestão apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2013.

DIAZ, M. D. M. **Efetividade no ensino superior brasileiro**: aplicação de modelos multinível á análise dos resultados do exame nacional de cursos. Revista Economia, Brasilia: Distrito Federal, v. 8, n. 1, p. 93-120, jan/abr, 2007.

DURHAM, E. R. A educação depois da nova Constituição: a universidade e a lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Em Aberto**. Brasília, ano 8, n.43, jul/set. 1989.

FELICIO, F. de. Fatores Associados ao Sucesso Escolar: Levantamento, Classificação e Análise dos Estudos Realizados no Brasil. Fundação Itaú Social. 2007.

FINN, K. (2016). Relational transitions, emotional decisions: new directions for theorising graduate employment. *Journal of Education and Work*, *30*(4), 419–431. https://doi.org/10.1080/13639080.2016.1239348

FRAGOSO, A., VALADAS, S., & PAULOS, L. (2019). Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e acadêmicos. Educação & Sociedade, 40, e0186612. https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019186612

HENRIQUES, R., et al. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. p. 16.(Texto para discussão n. 857).

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acessado em 12/03/2024.

KASSOUF, A. L. Retornos à educação e treinamento nos setores urbanos e rural do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, n. 34, Aracaju, 1996. **Anais**, Brasília: Sober, 1996. p. 771-783.

KNIGHT, J. An internationalization remodeled: defnition, approaches and rationales. **Journal of Studies in Higher Education**, Sage Publications, Standford, v. 8, n. 1, p. 5-31, spring 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In: PESQUISA PLANEJAMENTO ECONÔMICO, n.10(1), Rio de Janeiro, 1980. **Anais**, Rio de Janeiro: 1980. p. 217-272.

MEC, **Ministério da Educação**. Ministério da Educação (www.gov.br) Acessado em: 02/04/2024.

NIEROTKA, R.L.; TREVISOL, J.V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016.

NONAKA, I. A empresa criadora de conhecimento. In: DRUCKER, Peter et al**. Gestão do conhecimento** - on Knowledge management. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

OZTURK, I. The role of education in economic development: A theoretical perspective. **Journal of Rural Development and Administration**, v.3, n.1, 39-47, 2001.

PNUD, **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, Agência Líder do desenvolvimento da ONU. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewpt1.pdf>. Visualizado em: 13/03/2024.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SGAADA, **Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade**, [SGAADA – Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (ufrj.br)](https://sgaada.ufrj.br/).Visualizado em 02/04/2024.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. I.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2018. Vol. II.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

 SMITH, A. **A riqueza das nações**. Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

VARGAS, H. M. **Sem Perder a Majestade:** “Profissões Imperiais” no Brasil. Estudos de Sociologia. Araraquara, v.15, n.28, p. 107-124. Niterói: Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal Fluminense, 2010.

VASCONCELOS, A. I. T; DINIZ, G; ANDRADE, T. Determinantes socioeconômicos do índice de rendimento acadêmico dos discentes de instituições de ensino superior em um município cearense. Anais...**V Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão.** Sobral-CE, novembro de 2012.

VENDRAMINI, C. M. M.; LOPES, F. L. **Desempenho no Enade de bolsistas ProUni**: modelagem de equações estruturais. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, RJ, v. 28, n.1, p. 69-75, abr. 2016.

VILLARROEL, V., & BRUNA D. (2014). Reflexiones en torno a las competencias genéricas en educación superior: Un desafío pendiente. Psicoperspectivas, 13(1), 23–34. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol13-Issue1-fulltext-335>

WALTENBERG, F.; RAEDER, F.; MACHADO, D.; BRITTO, A.; ALVES, R.; COSTA, R. (2016). Ser ou não ser professor da Educação Básica? Salário esperado e outros fatores na escolha ocupacional de concluintes de licenciatura. **44º Encontro Nacional de Economia – ANPEC**. Foz do Iguaçu, PR.

WOOLDRIDGE, J. (2013). **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning.

1. Mestre em Economia e Gestão Empresarial, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; marizacampagner@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Pós doutora em Geografia, Florianópolis, SC, Brasil; mariluangela@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Sobre o IDH ver mais em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewpt1.pdf>. Visualizado em: 13/03/2024. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ministério da Educação (www.gov.br) Acessado em: 02/04/2024. [↑](#footnote-ref-4)
5. [SGAADA – Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (ufrj.br)](https://sgaada.ufrj.br/) Acessado em 02/04/2024. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver mais sobre princípios fundamentais das estatísticas em: <https://www.ibge.gov.br>. Acessado em 12/03/2024. [↑](#footnote-ref-6)
7. [Plataforma Alumni UFRJ](https://alumni.ufrj.br/). Acessado em 16/03/2024. [↑](#footnote-ref-7)
8. https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777 [↑](#footnote-ref-8)
9. [Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (mec.gov.br)](https://acessounico.mec.gov.br/) acessado em 02/04/2024. [↑](#footnote-ref-9)